

LEI Nº 846



## **DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

**Art. 2º** Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos e adolescentes, aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo único: Nos casos expressos em lei, aplica-se, excepcionalmente, esta lei as pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

**Art. 3º** O atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Votorantim, será feito com absoluta prioridade, através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se, em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**Art. 4º** Aos que dela necessitarem, será prestada a assistência biopsico-social, em caráter supletivo.

Parágrafo único: É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a previa manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 5º** Fica criado no Município, o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e psico-social as vítimas de negligencia, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

**Art. 6º** Fica criado pela municipalidade o Serviço de Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

**Art. 7º** O município propiciara a proteção juridico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 8º** Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos Serviços criados nos termos dos artigos 5º e 6º, bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo 7º.

**Art. 9º** Para a consecução dos fins a que se destina esta lei, o Município poderá firmar consorcio com os demais.

## TITULO II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

### CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 10 -** A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### CAPITULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### Seção I Da Criação e Natureza do Conselho

~~**Art. 11 -** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo, controlador das ações governamentais e não governamentais, assegurada a participação popular paritaria por meio das organizações representativas, nos termos desta lei;~~

**Art. 11** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão consultivo e deliberativo, de composição paritária entre representantes do Governo e da

Sociedade Civil Organizada, controlador das ações governamentais e não governamentais.  
(Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

## Seção II Da Competência do Conselho

**Art. 12 -** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;

II - zelar pela execução dessa Política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos Adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das Crianças e dos Adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Registrar as entidades nao-governamentais de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente que mantenham programas de:

- a - orientação e apoio socio-familiar;
- b - apoio socio-educativo em meio aberto;
- c - abrigo;
- d - colocação socio-familiar;
- e - liberdade assistida;
- f - semiliberdade;
- g - internação;

fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal no 8.069/90.

VI - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes no mesmo Estatuto.

VII - Coordenar, bem como adotar todas as providencias que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros deste Conselho e do Conselho Tutelar do Município.

~~VIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta lei.~~

VIII - Dar posse, conceder licença e declarar vago os cargos de conselheiro tutelar, nas hipóteses legais; (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

IX - Elaborar seu regimento interno.

X - Gerir os recursos do Fundo Municipal.

XI - Contratar e requisitar funcionários e técnicos para a consecução dos fins previstos nesta lei, inclusive para a Assessoria do Conselho Tutelar.

### Seção III Dos Membros do Conselho

**Art. 13 -** ~~O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com mandato de 2 (dois) anos, e composto de 14 (quatorze) membros, sendo:~~

~~I - cinco membros do Poder Executivo representando as seguintes áreas administrativas:~~

- ~~-Saúde;~~
- ~~-Educação;~~
- ~~-Promoção Social;~~
- ~~-Lazer e Cultura;~~
- ~~-Planejamento;~~
- ~~-um membro do Poder Legislativo - um vereador;~~
- ~~-um membro do Poder Judiciário, pertencente a Justiça da Infância e da Juventude.~~

~~II - Sete membros eleitos pelas organizações representativas da participação popular com notório e respeitável trabalho na proteção da Criança e do Adolescente, da seguinte forma:~~

~~a) no prazo de no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias do termino do mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devera ser convocada uma Assembléia Geral Ordinária com os membros das Organizações representativas cadastradas no mínimo ha seis meses no Conselho;~~

~~b) a convocação se fará por edital publicado em órgão da imprensa de circulação periódica no Município, no mínimo de 15 (quinze) dias antes da data da assembléia e divulgada amplamente por todos os meios de comunicações locais.~~

~~c) as inscrições dos candidatos, membros das organizações representativas, deverão ocorrer no máximo ate três dias que antecederem a Assembléia.~~

~~d) só poderão ser votados um membro de cada organização representativa em primeiro escrutino, não se completando os membros do Conselho - sete - far-se-á nova votação, em segundo escrutino, com os demais candidatos inscritos.~~

~~Parágrafo único: O membro do Conselho só poderá ser substituído em caso de exoneração, sendo indicado pelo Poder Publico, por morte ou renuncia quando eleito pelas organizações, assumindo, neste caso, o suplente, na forma prevista em seu regimento interno.~~

**Art. 13** ~~O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com mandato de 02 (dois) anos, e composto de 14 (quatorze) membros, sendo: (Redação acrescida pela Lei~~

nº 948/1992)

~~I – 06 (seis) membros do Poder Executivo, representando as seguintes áreas administrativas:~~

- ~~- Secretaria de Saúde;~~
- ~~- Secretaria de Educação;~~
- ~~- Secretaria de Promoção Social e Habitação;~~
- ~~- Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo;~~
- ~~- Secretarias de Administração ou Finanças;~~
- ~~- Gabinete do Prefeito;~~
- ~~- um membro do Poder Judiciário, pertencente a Justiça da Infância e da Juventude. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

~~I – 07 (sete) membros do Poder Executivo, representando as seguintes áreas administrativas:~~

- ~~- Gabinete do Prefeito;~~
- ~~- Secretaria de Administração ou Finanças;~~
- ~~- Secretaria de Cidadania e Geração de Renda;~~
- ~~- Secretaria de Cultura ou Esportes e Lazer;~~
- ~~- Secretaria de Educação;~~
- ~~- Secretaria de Meio Ambiente;~~
- ~~- Secretaria de Saúde (Redação dada pela Lei nº 2104/2009)~~

~~II – 07 (sete) membros eleitos pelas organizações representativas de participação popular, com notório e respeitável trabalho na proteção da criança e do adolescente da seguinte forma:~~

~~a) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias do término do mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá ser convocada uma assembléia geral ordinária com os membros das organizações representativas cadastradas no mínimo há 06 (seis) meses no Conselho;~~

~~b) a convocação se fará por edital publicado em órgão da imprensa, de circulação periódica no Município, no mínimo de 15 (quinze) dias antes da data da assembléia e divulgada amplamente por todos os meios de comunicações locais;~~

~~c) as inscrições dos candidatos, membros das organizações representativas, deverão ocorrer no máximo até 03 (três) dias que antecederem a assembléia;~~

~~d) só poderão ser votados um membro de cada organização representativa em primeiro escrutínio, não se completando, os membros do Conselho – sete far-se-á nova votação, em segundo escrutínio, com os demais candidatos inscritos. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

~~§ 1º – Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá ser substituído a qualquer tempo, em caso de não estar desempenhando a contento suas atribuições. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

~~§ 2º – Tratando-se de membro indicado pelo Poder Público, também poderá ser substituído quando requerido pelo presidente do conselho, através de ofício ou nos casos de exoneração, afastamento, impedimento ou quando o interesse público assim o desejar. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

~~§ 3º – Em caso de candidatura a cargo eletivo público, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá afastar-se do mesmo desde a homologação de sua candidatura até 15 dias após as eleições. Se eleito não poderá, o membro do Poder Legislativo, integrar o Conselho Municipal. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

~~§ 4º - No caso de afastamento ou demissão de conselheiro, eleito pelas entidades representativas, devesse assumir automaticamente o respectivo suplente e, havendo vacância entre os membros eleitos, será realizada nova eleição para o preenchimento da vaga, na forma do regimento interno do Conselho. (Redação acrescida pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 13** ~~O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, será composto paritariamente por 10 (dez) membros, com mandato de 02 (dois) anos, da seguinte forma:~~

~~I - Cinco membros indicados pelo Poder Executivo, dentre as seguintes secretarias: Governo, Administração, Cidadania e Geração de Renda, Comunicação, Saúde, Desporto, Cultura e Turismo e Educação.~~

~~II - (Vetado).~~

~~Parágrafo único. Em caso de renúncia ou perda do mandato do Conselheiro de Direitos, será convocado o próximo suplente. No caso de não haver mais suplentes para ocupar a vaga de conselheiro, o CMDCA deverá convocar nova eleição ou solicitar nova nomeação por parte do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 13** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto paritariamente por 10 (dez) membros, com mandato de 02 (dois) anos, da seguinte forma:

I - Cinco membros indicados pelo Poder Executivo, dentre as seguintes secretarias: Governo, Administração, Cidadania e Geração de Renda, Comunicação, Desporto, Cultura e Turismo, Saúde e Educação; e,

II - Cinco membros da sociedade civil, dentre organizações representativas constituídas há pelo menos dois anos, com atuação no âmbito territorial do município de Votorantim.

§ 1º Em caso de renúncia ou perda do mandato do Conselheiro de Direitos, será convocado o próximo suplente. No caso de não haver mais suplentes para ocupar a vaga de conselheiro, o CMDCA convocará nova eleição, ou solicitará nova nomeação ao Poder Executivo.

§ 2º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o processo de escolha de seus membros, reger-se-á pelas disposições da Resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

§ 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na vigência de seus mandatos, ficam impedidos de apresentar projetos que sejam custeados com recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei nº 2568/2017)

**Art. 14 -** A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

**Art. 15 -** As reuniões do Conselho deverão ser abertas, sem direito a voto, a participação de todos os interessados.

### CAPITULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Regulamentado pelo Decreto nº 2591/1995)

##### Seção I

##### Da Criação e Natureza do Fundo

**Art. 16 -** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é órgão vinculado.

**Art. 17 -** Constituem-se recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - as verbas consignadas pelo orçamento Municipal;

II - as verbas destinadas pelos Conselhos Federal e Estadual;

III - as multas arrecadadas com a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.069/90  
;

IV - as doações, legados, convênios, rendas e demais formas de arrecadação financeira.

##### Seção II

##### Da Competência do Fundo

**Art. 18 -** Compete ao Fundo Municipal:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das Crianças e dos Adolescentes, pelo Estado ou pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município, através de Convênios, ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das Resoluções dos Conselhos dos Direitos;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de Crianças e Adolescentes, nos termos das Resoluções do Conselho dos Direitos;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, segundo as Resoluções do Conselho dos Direitos.

**Art. 19 -** O fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo Conselho dos Direitos.

## CAPITULO IV DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### Seção I Da Criação e Natureza do Conselho

~~Art. 20 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo que será instalado nos termos desta Lei.~~

**Art. 20** Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante da Administração Pública local, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, nos termos da Lei.

Parágrafo único. Para efeitos administrativos, o Conselho Tutelar ficará vinculado à Secretaria de Administração, que deverá lhe dar o suporte necessário para a execução de seus atos, bem como ficará responsável por sua fiscalização administrativa. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

### Seção II Dos Membros e da Competência do Conselho

~~Art. 21 - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.~~

**Art. 21** O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, selecionados por processo seletivo, aprovados em exame psicológico e escolhidos pela população local, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo único. Também serão eleitos 05 (cinco) membros como suplentes, para assumirem na vacância dos titulares. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 22 - Para cada chapa de Conselheiros haverá dois suplentes.~~

**Art. 22** Compete ao CMDCA, através de Resolução, regulamentar e coordenar o processo seletivo, podendo solicitar o auxílio de outros órgãos públicos para este fim, fiscalizado pelo Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 23 - Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.~~

**Art. 23** O Conselho Tutelar funcionará em sede própria, das 08:00 às 17:00, ininterruptamente, e nos demais horários em regime de plantão, de acordo com escala própria



organizada pelos Conselheiros mensalmente, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal, ao CMDCA e à Promotoria de Justiça e Vara da Infância e Juventude do município. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

### Seção III Da Escolha Dos Conselheiros

~~Art. 24 - As eleições para renovação do Conselho Tutelar serão realizadas trienalmente em conformidade ao disposto neste capítulo.~~

~~Art. 24 - A escolha para renovação do Conselho Tutelar serão realizadas trienalmente em conformidade ao disposto neste capítulo. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 24** As eleições serão realizadas a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo precedidas de processo seletivo simplificado, de responsabilidade do CMDCA.

§ 1º Até 90 (noventa) dias anteriores às eleições, o CMDCA deverá aplicar o processo seletivo para a escolha dos candidatos a conselheiros tutelares.

§ 2º Os aprovados no processo seletivo deverão passar por análise psicológica, de responsabilidade da Secretaria de Saúde, e, se forem considerados aptos, poderão se candidatar à eleição. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 25 - Até cento e vinte dias que antecedem o termino do mandato do Conselho Tutelar serão convocadas as eleições para renovação dos titulares e suplentes dos membros do referido Conselho.~~

~~Art. 25 - Até cento e vinte dias que antecedem o termino do mandato do Conselho Tutelar, será convocado o processo de escolha dos titulares e suplentes dos membros do referido Conselho. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

~~Art. 25 - Até 60 (sessenta) dias que antecedem o termino do mandato do Conselho Tutelar, será convocado o processo de escolha dos membros titulares e suplentes do referido Conselho. (Redação dada pela Lei nº 1156/1995)~~

**Art. 25** O CMDCA fará expedir Resolução com todos os procedimentos eleitorais necessários, respeitadas as disposições desta Lei, contendo data, horário e local de todos os eventos necessários para a escolha, prazo e local para registro das candidaturas, prazo para impugnação das candidaturas e requisitos dos candidatos. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 26 - O processo eleitoral será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a presidência do Juiz Eleitoral e fiscalizado pelo Ministério Público.~~

~~Art. 26 - O processo de escolha será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com a fiscalização do Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

~~Parágrafo único. O direito a voto para a eleição dos membros do Conselho Tutelar é restrito aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente eleitos nos termos do inciso II do art. 13. (Redação acrescida pela Lei nº 1651/2002) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 27 -** ~~As eleições serão convocadas pelo Juiz Eleitoral, por edital publicado em órgãos de imprensa do Município e amplamente divulgado por todos os meios de comunicações locais. Copias do edital deverão também ser fixadas em sedes de poderes e ou entidades representativas do Município.~~

~~Parágrafo único: Do edital devera constar, obrigatoriamente:~~

- ~~- data, horário e local de votação;~~
- ~~- prazo e local para o registro de chapas;~~
- ~~- prazo para impugnação das candidaturas;~~
- ~~- requisitos do candidato.~~

**Art. 27 -** ~~O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será efetuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de edital publicado em órgão de imprensa do Município e amplamente divulgado por todos os meios de comunicações locais.~~

~~§ 1º - Do edital devera constar obrigatoriamente:~~

- ~~- data, horário e local para indicação dos candidatos;~~
- ~~- requisitos dos candidatos;~~
- ~~- documentação necessária para a inscrição de candidatos;~~
- ~~- data, horário e local da escolha.~~

~~§ 2º - Cada entidade representativa da comunidade e inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Votorantim, poderá indicar ate 03 (três) candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 28 -** ~~As eleições serão realizadas com antecedência máxima de 45 (quarenta e cinco) dias e mínima de 30 (trinta) dias em relação ao termino do mandato do Conselho Tutelar.~~

**Art. 28 -** ~~A escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizada com antecedência máxima de 45 (quarenta e cinco) dias e mínima de 30 (trinta) dias em relação ao termino do mandato do Conselho Tutelar anterior, com a fiscalização em todas as fases do processo do representante do Ministério Publico. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 28 -** ~~A escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizada com antecedência máxima de 30(trinta) dias e mínima de 15(quinze) dias em relação ao termino do mandato do Conselho Tutelar anterior, com a fiscalização em todas as fases do processo por representante do Ministério Publico. (Redação dada pela Lei nº 1156/1995) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

#### Seção IV Dos Candidatos

**Art. 29 -** ~~Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os concorrentes, correspondentes a cinco titulares e dois suplentes. (Revogado pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 29** Os candidatos serão registrados individualmente, preenchidos os requisitos desta Lei e do Estatuto da Criança e do Adolescente, facultando ao CMDCA editar Resolução com demais requisitos, desde que em consonância com os termos desta Lei e do ECA. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

**Art. 30 -** ~~São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:~~

- ~~I - reconhecida idoneidade moral;~~
- ~~II - idade superior a 21 anos;~~
- ~~III - residir no Município no mínimo um ano;~~
- ~~IV - não ser filiado a partido político;~~
- ~~V - não possuir antecedentes criminais por crime doloso;~~
- ~~VI - estar em pleno gozo de seus direitos políticos;~~
- ~~VII - possuir reconhecido trabalho na proteção da criança e do adolescente no mínimo há vinte e quatro meses.~~
- ~~VIII - possuir instrução correspondente ao 2º grau, no mínimo.~~

**Art. 30 -** ~~São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:~~

- ~~I - reconhecida idoneidade moral;~~
- ~~II - idade superior a 21 anos;~~
- ~~III - residir no Município no mínimo um ano;~~
- ~~IV - não ser filiado a partido político;~~
- ~~V - não possuir antecedentes criminais por crime doloso;~~
- ~~VI - estar em pleno gozo de seus direitos políticos;~~
- ~~VII - possuir reconhecido trabalho na proteção da criança e do adolescente no mínimo há 24 (vinte e quatro) meses;~~
- ~~VIII - possuir instrução correspondente ao 1º grau no mínimo. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 30** São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - Ter reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a vinte e um anos, na data da eleição;
- III - Residir no município de Votorantim há no mínimo 03 (três) anos;
- IV - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- V - Ser eleitor do município de Votorantim;

VI - Experiência mínima de dois anos na área de Defesa dos Direitos ou de atendimento à Criança e ao Adolescente, ou à sua família, ou outra política social pública de defesa dos Direitos Humanos;

VII - Não estar filiado a nenhum partido político.

§ 1º São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, companheiro ou companheira, ainda que em união homoafetiva, ascendentes, descendentes, sogro ou sogra, genro ou nora, irmãos ou irmãs, cunhados ou cunhadas (durante o cunhadio), tio ou tia, sobrinho ou sobrinha, padrasto ou madrastra e enteado ou enteada.

§ 2º Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca de Votorantim. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Seção V~~  
~~Do Registro de Chapas~~

Seção V  
Da Indicação de Candidatos (redação Dada Pela Lei nº 948/1992)

~~Art. 31 - O prazo para a inscrição de chapas será de dez dias, contados da data de publicação do edital em órgão de imprensa.~~

~~Art. 31 - O prazo para indicação de candidatos será de dez dias, conforme edital de convocação publicado em órgão de imprensa. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

~~Art. 32 - O registro de chapa será endereçado ao Juiz Eleitoral assinado por qualquer dos candidatos que a integrem e deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:~~

- ~~I - ficha de qualificação dos candidatos, devidamente assinada;~~
- ~~II - cópia autenticada de comprovante de idade;~~
- ~~III - comprovante de residência;~~
- ~~IV - declaração pessoal constando reconhecido e respeitável trabalho na proteção da infância e adolescência, por no mínimo vinte e quatro meses, especificando sua área e tipo de atuação;~~
- ~~V - atestado de antecedentes criminais.~~

~~Parágrafo único: A ficha de qualificação dos candidatos terá os seguintes dados: nome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, estado, civil, nome do cônjuge e dos filhos, número de identidade e do C.P.F. e residência.~~

~~Art. 32 - A indicação de candidatos será endereçada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinado pelo presidente e/ou representante legal da entidade e~~

devera ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I – ficha de qualificação dos candidatos, devidamente assinada;
- II – cópia autenticada de comprovante de idade;
- III – comprovante de residência;
- IV – declaração pessoal constando reconhecido e respeitável trabalho na proteção da infância e adolescência por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, especificando sua área e tipo de atuação;
- V – atestado de antecedentes criminais.

~~Parágrafo único – A ficha de qualificação dos candidatos terá os seguintes dados: nome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, estado civil, nome do cônjuge e dos filhos, número de identidade e do C.P.F. e residência. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 33 -** ~~As chapas registradas deverão ser numeradas a partir do número um, obedecendo a ordem de registro.~~

**Art. 33 -** ~~As indicações das entidades representativas deverão ser numeradas a partir do número um obedecendo a ordem de registro. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 34 -** ~~Será recusado o registro da chapa que não contenha candidatos efetivos e suplentes em número suficientes, ou que não esteja acompanhado das fichas de qualificação preenchidas e assinadas.~~

~~Parágrafo único: Verificando-se irregularidade na documentação apresentada, o Juiz Eleitoral notificara o interessado para que promova a correção no prazo de cinco dias, sob pena de o registro não se efetuar.~~

**Art. 34 -** ~~Serão recusadas as indicações que não estejam acompanhadas das fichas de qualificação preenchidas e assinadas e da documentação exigida.~~

~~Parágrafo Único – Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notificara, por escrito, o interessado para que promova a correção no prazo de cinco dias, sob pena do registro não se efetuar. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 35 -** ~~Encerrada as inscrições das chapas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do Juiz Eleitoral, providenciara a publicação de todas as chapas, em órgão de imprensa de circulação no Município, no prazo de cinco dias.~~

**Art. 35 -** ~~Encerrada as inscrições dos candidatos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, providenciara a publicação de todos os indicados, em órgãos de imprensa de circulação no Município. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 36 -** ~~Encerrado o prazo para registro de chapas, o Juiz Eleitoral providenciara a imediata lavratura da ata, mencionando as chapas registradas, de acordo com a ordem numérica referida no artigo 33.~~

**Art. 36 -** ~~Encerrado o prazo para registro de candidatos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciara a lavratura de ata, mencionando o número de~~

~~candidatos, registrando-os de acordo com a ordem alfabética. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

## Seção VI Das Impugnações

~~Art. 37 - Os candidatos que não preencherem as condições estabelecidas no artigo 30, poderão ser impugnados, por qualquer cidadão, no prazo de cinco dias.~~

**Art. 37** Findo o prazo de inscrição, o CMDCA fará publicar relação com todos os candidatos à vaga de conselheiro tutelar no veículo oficial do Município, abrindo-se prazo de 07 (sete) dias para qualquer cidadão impugnar a candidatura. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 38 - A impugnação, expostos os fundamentos que a justifiquem, será dirigida ao Juiz Eleitoral e protocolada.~~

~~Art. 39 - A impugnação, expostos os fundamentos que a justifiquem, será dirigida ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e protocolada. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 38** A impugnação, que deverá ser fundamentada e acompanhada de documentos que comprovem as alegações, será dirigida ao Presidente do CMDCA, que notificará o candidato no prazo de 05 (cinco) dias e concederá mais 07 (sete) dias para a apresentação de defesa (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 39 - O candidato impugnado será notificado da impugnação no prazo de dois dias e terá cinco dias para apresentar sua defesa.~~

~~Parágrafo único: Instruído, o processo de impugnação será decidido em cinco dias, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do Juiz Eleitoral.~~

~~Art. 39 - O candidato impugnado será notificado da impugnação, no prazo de 02 (dois) dias e terá 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa.~~

~~Parágrafo Único - Instruído, o processo de impugnação será decidido em cinco dias, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 39** Após a apresentação da defesa, o presidente do CMDCA irá elaborar relatório e apresentará na reunião ordinária subsequente, para deliberação pelo plenário do Conselho. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 40 - Julgada procedente a impugnação, os candidatos impugnados deverão ser substituídos na chapa, pela qual se inscreveram, no prazo de três dias, desde que as impugnações não ultrapassem a cinquenta por cento dos membros.~~

~~§ 1º - Idêntico procedimento previsto no artigo 37 será aplicado para a impugnação dos candidatos substitutos.~~

~~§ 2º - Havendo procedência na impugnação dos candidatos substitutos, a chapa, a qual são integrantes estará impedida de concorrer as eleições. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

## Seção VII Do Eleitor

~~Art. 41 - São considerados eleitores os portadores de título eleitoral, pertencentes ao Município de Votorantim e alistados junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o prazo de trinta dias que antecedem as eleições.~~

~~Parágrafo único: A relação dos eleitores será afixada até dez dias anteriores a data que antecede a eleição em local determinado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Revogado pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 41** São considerados eleitores todos aqueles alistados perante a Seção Eleitoral local, que estiverem em pleno gozo dos direitos políticos e que se cadastrarem mediante convocação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que deverá ser realizada com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data das eleições. (Redação acrescida pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 42 - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular. (Revogado pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 42** Durante o processo de escolha dos conselheiros tutelares é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, bem como fica proibida a realização de propagandas por meio de faixas, anúncios luminosos, cartazes ou placas, em bens públicos ou privados. (Redação acrescida pela Lei nº 2418/2014)

## Seção VIII Do Voto

~~Art. 43 - O voto será secreto e seu sigilo será assegurado mediante as seguintes providências:~~

- ~~I - uso de cédula única contendo todas as chapas registradas, devidamente rubricadas;~~
- ~~II - isolamento do eleitor para o ato de votar. (Revogado pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 43** O voto será secreto e único, devendo ser garantido mediante o isolamento do eleitor ao votar. (Redação acrescida pela Lei nº 2418/2014)

## Seção IX Das Mesas Coletoras

**Art. 44 -** ~~As mesas coletoras de votos serão constituídas de um presidente, dois mesários e um suplente, indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e requisitados pelo Juiz Eleitoral.~~

~~Parágrafo único: O número de mesas coletoras será determinado pelo Juiz Eleitoral conforme a necessidade do pleito. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

**Art. 45 -** ~~Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pelas chapas concorrentes na proporção de um fiscal para cada chapa registrada. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

**Art. 46 -** ~~Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras, os candidatos, seus cônjuges e parentes de primeiro e segundo grau. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

## Seção X Da Votação

**Art. 47 -** ~~No dia e local designados, trinta minutos antes da hora do início da votação, os membros da mesa coletora verificarão se está em ordem o material e a urna destinada a recolher os votos, providenciando, o presidente, para que sejam cumpridas eventuais deficiências.~~

**Art. 47 -** ~~Para o início dos trabalhos, o Conselho Municipal deverá estar composto em número igual ou superior a 70% (setenta por cento) de seus membros. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 47 -** ~~Para o início dos trabalhos, deverão estar presentes para a votação no mínimo 05 (cinco) dos 07 (sete) membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, eleitos nos termos do inciso II do art. 13. (Redação dada pela Lei nº 1651/2002) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 48 -** ~~A hora fixada no edital, e tendo considerado o recinto e o material em condições, o presidente da mesa declarará iniciado os trabalhos.~~

**Art. 48 -** ~~Aberto os trabalhos, será dada a palavra aos inscritos, pela ordem de inscrição, para que efetuem a apresentação, após será realizada a votação em escrutínio secreto, mediante cédula única, devidamente rubricada, contendo o nome de todos os candidatos."~~

~~Parágrafo Único - Cada conselheiro deverá escrever em sua cédula 05 (cinco) nomes e depositar seu voto na urna coletora. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 49 -** ~~Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão duração mínima de dez horas, observadas sempre as horas de início e encerramento, previstas no edital de convocação.~~

~~§ 1º - Os trabalhos eleitorais poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votados todos os eleitores constantes da folha de votação.~~

~~§ 2º - Ao término dos trabalhos do dia, o presidente da mesa coletora, juntamente com os mesários, procederá o fechamento da urna com a aposição de rubricas pelos membros da mesa e pelos fiscais, fazendo lavrar ata, pelos mesmos assinada, com menção expressa de~~



números de votos depositados:

§ 3º - As urnas, ao final do trabalho do dia, serão lacradas e ficarão sob a guarda do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Juiz Eleitoral.

**Art. 49 -** Após o termino da votação, caberá ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicar pessoa presente para apuração e contagem dos votos: (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)

**Art. 50 -** Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário a votação, o eleitor.

Parágrafo único: Nenhuma pessoa estranha a direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação, salvo os indivíduos previamente designados pelo Juiz Eleitoral. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

**Art. 51 -** Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação a mesa, depois de identificado, assinara a folha de votantes e na cabina indevassável, após assinar no retângulo próprio a chapa de sua preferencia, a dobrara, depositando-a em seguida na urna colocada na mesa coletora. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

**Art. 52 -** O documento valido para identificação do votante será o titulo eleitoral e sua cédula de identidade. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

**Art. 53 -** A hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados, em voz alta a fazerem, entregando ao presidente da mesa coletora seu documento, prossequindo os trabalhos ate que vote o ultimo eleitor.

§ 1º - Caso não haja mais eleitores aptos a votar serão imediatamente encerrados os trabalhos:

§ 2º - Encerrados os trabalhos da votação a urna será lacrada com a aposição de rubricas pelos membros da mesa e pelos fiscais:

§ 3º - Em seguida, o presidente fará lavrar a ata, que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e horas do inicio e do encerramento dos trabalhos, total de votos em separados, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos eleitores candidatos ou fiscais . A seguir, o presidente da mesa coletora fará entrega ao Juiz Eleitoral, mediante recibo, de todo material utilizado durante a votação. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

## Seção XI

### Da Mesa Apuradora

**Art. 54 -** Após o termino do prazo para a votação, instalar-se-á em assembléia eleitoral publica e permanente, em local determinado pelo Juiz Eleitoral, as mesas apuradoras para as quais, quando for caso, serão enviadas as urnas e atas respectivas. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

**Art. 55 -** A mesa apuradora será designada pelo Juiz Eleitoral. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)

**Art. 56 -** ~~A apuração dos votos de todas as mesas coletoras realizar-se-á em um único local. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

## ~~Seção XII~~ ~~Da Apuração~~

**Art. 57 -** ~~Contadas as cédulas da urna, o presidente verificara se o numero coincide com o da lista de votantes.~~

~~§ 1º - Se o numero de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinarem a respectiva lista, far-se-á a apuração.~~

~~§ 2º - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração descontando-se os votos atribuídos as chapas concorrentes, o número de votos equivalentes as cédulas em excesso, desde que este numero seja inferior a diferença entre as duas chapas mais votadas.~~

~~§ 3º - Se o excesso de cédulas for igual ou superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.~~

~~§ 4º - A admissão ou rejeição dos votos colhidos em separado será decidida pelo Juiz Eleitoral, depois de ouvir as chapas concorrentes, garantindo o sigilo do voto.~~

~~§ 5º - Apresentando, na cédula, qualquer sinal, rasura ou dizeres suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

**Art. 58 -** ~~Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhara o processo eleitoral ate a decisão final.~~

~~Parágrafo único: Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob a guarda do Juiz Eleitoral, ate a proclamação final do resultado, a fim de se assegurar recontagem de voto. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

**Art. 59 -** ~~Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a mesa qualquer protesto referente a apuração.~~

~~§ 1º - O protesto poderá ser verbal ou por escrito, devendo, neste ultimo caso, ser anexado a ata de apuração.~~

~~§ 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado, no curso dos trabalhos de apuração, sob forma escrita, não constara da ata, dele não sendo tomado conhecimento. (Revogado pelas Leis nº 948/1992 e nº 2418/2014)~~

## ~~Seção XIII~~ ~~Do Resultado~~

**Art. 60 -** ~~Finda a apuração, o Juiz Eleitoral proclamara eleitos os candidatos da chapa que obtiverem maioria simples de votos, em relação ao total de eleitores.~~

~~§ 1º - A ata mencionara obrigatoriamente:~~

- ~~a) dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhos;~~
- ~~b) local ou locais, em que funcionaram as mesas coletoras, com os nomes dos respectivos componentes;~~
- ~~c) resultado de cada urna apurada, especificando-se o numero de votantes sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;~~
- ~~d) numero total de eleitores que votaram;~~
- ~~e) resultado geral da apuração;~~
- ~~f) apresentação ou não de protesto, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado por escrito perante a mesa.~~

~~§ 2º — A ata será assinada pelo Juiz Eleitoral, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.~~

**Art. 60 -** ~~Finda a apuração, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, proclamara eleitos os candidatos em ordem e seus suplentes, em número de cinco, de acordo com o numero de votos obtidos.~~

~~Parágrafo Único — Em caso de empate, devera ser realizada nova votação somente entre os candidatos empatados; em caso de novo empate será desempatado pelo Presidente do Conselho. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 61 -** ~~Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de quinze dias, limitada a eleição as chapas em questão.~~

**Art. 61 -** ~~Será elaborada uma ata sobre a eleição que devera ser assinada pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos candidatos e representantes das entidades presentes. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

#### Seção XIV Da Posse

**Art. 62 -** ~~O Juiz Eleitoral, dentro de quinze dias da realização das eleições, comunicara o resultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como publicara o resultado da eleição em jornal de circulação no Município.~~

**Art. 62 -** ~~O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentro de quinze dias da realização da escolha, comunicara o resultado ao Prefeito Municipal, Juiz da Infância e Juventude, representante do Ministério Público e a Câmara Municipal, assim como publicara o resultado em órgão de imprensa para conhecimento de todos. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 62** A proclamação dos resultados obtidos na eleição deverá ser feita pelo Presidente do CMDCA, que deverá dar publicidade através da imprensa oficial e outros meios de comunicação disponíveis sobre o resultado. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

**Art. 63 -** ~~A posse dos eleitos ocorrera na data do vencimento do mandato do Conselho anterior.~~

**Art. 63** A posse dos candidatos eleitos será dada no dia 10 de janeiro do ano subsequente à eleição. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

**Art. 64 -** Ao assumir o cargo, o eleito prestara solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato e as leis vigentes, especialmente a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990.

## Seção XV

### Do Exercício da Função e da Remuneração Dos Conselheiros

~~**Art. 65 -** O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecera presunção de idoneidade moral e assegurara prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.~~

**Art. 65** O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, para todos os fins, e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~**Art. 66 -** Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros não terão relação de emprego com a Administração Municipal, mas terão a remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não podendo ser superior a duas vezes a menor referência paga no quadro do funcionalismo municipal.~~

~~Parágrafo único: Se o membro do Conselho for funcionário ou servidor público, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do seu cargo ou função, contando o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais e sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.~~

~~**Art. 66 -** Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros não terão relação de emprego com a Administração Municipal mas terão a remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não podendo ser superior a duas vezes a menor referência paga no quadro do funcionalismo municipal. (Redação dada pela Lei nº 948/1992)~~

**Art. 66** Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros não terão relação de emprego com a Administração Municipal, mas lhe serão garantidos os seguintes direitos:

I - Cobertura previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Licença-maternidade de 180 (cento e oitenta) dias;

IV - Licença-paternidade de 5 (cinco) dias;

V - Gratificação natalina;

VI - Percepção de remuneração, reajustada anualmente junto com a do servidor público, fixado pela Administração Municipal;

VII - Percepção de vale-transporte e vale-alimentação, nos mesmos valores e parâmetros devidos ao funcionalismo municipal.

§ 1º Se o membro do Conselho Tutelar for funcionário ou servidor público efetivo, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do seu cargo ou função, contando o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais e sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 2º Compete ao CMDCA e à Prefeitura Municipal promover a formação continuada dos conselheiros tutelares e de Direitos, titulares e suplentes, podendo, para tanto, disponibilizar cursos, palestras, seminários, seja no próprio Município ou proporcionar os meios necessários para o acompanhamento em outros locais. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 67 - Para cumprir suas funções, o Conselho Tutelar funcionará todos os dias, mediante escala de plantão elaborada pelos próprios conselheiros, não podendo a jornada ser inferior a trinta e seis horas semanais por membro.~~

**Art. 67** Os conselheiros tutelares darão expediente diariamente, das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, na sede do Conselho, sendo obrigatória a presença permanente de, no mínimo, dois conselheiros para assegurar o atendimento ininterrupto ao cidadão.

§ 1º A ausência do colegiado durante o expediente, só poderá ocorrer por motivo especial, devidamente justificado com antecedência, em comunicado ao CMDCA e afixado na recepção da sede do Conselho Tutelar.

§ 2º A jornada dos conselheiros será representada pelo expediente na sede do Conselho Tutelar, pelos plantões permanentes e ininterruptos e sempre que se fizer necessária a presença extraordinária destes, mediante escala definida pelo colegiado.

§ 3º O colegiado definirá, mensalmente, a escala de plantões, sejam noturnos, em feriados, sábados e domingos e a fará publicar, até um dia útil anterior ao mês, na sede do Conselho Tutelar, além de enviar cópia para o CMDCA e ao Ministério Público.

§ 4º Em caso do gozo de licenças ou férias, deverá ser convocado, pelo CMDCA, o primeiro suplente, o qual fará jus à remuneração mensal correspondente ao período em que efetivamente exercer o cargo.

§ 5º Na impossibilidade de posse do primeiro suplente, deverá ser convocado o segundo e assim por diante. Caso não existam mais suplentes, deverão ser convocados os seguintes da lista de votação, até totalizar o número de cinco suplentes. Na hipótese de não haver mais candidatos aprovados e eleitos, deverá ser convocada nova eleição pelo CMDCA.

§ 6º Os conselheiros tutelares em exercício deverão encaminhar ao CMDCA e à

Prefeitura Municipal, com 3 (três) meses de antecedência, a escala de férias, sendo vedado o gozo de férias simultâneas por mais de um conselheiro tutelar. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

## Seção XVI

### Da Perda do Mandato e Dos Impedimentos Dos Conselheiros

**Art. 68 -** ~~Perdera o mandato o conselheiro que~~

- ~~I - for condenado por sentença transitada em julgado pela prática de crime doloso ou contravenção penal;~~
- ~~II - não cumprir as normas previstas na Lei 8.069/90;~~
- ~~III - usar abusivamente o poder;~~
- ~~IV - desempenhar com desídia ou negligência suas funções;~~
- ~~V - utilizar de forma inedonea os recursos do Conselho Titular;~~
- ~~VI - utilizar em causa própria as prerrogativas de conselheiro;~~
- ~~VII - filiar-se a partido político;~~
- ~~VIII - deixar de residir no Município.~~

~~Parágrafo único: Considerar-se á desidioso o Conselheiro que faltar injustificadamente a três plantões consecutivos ou cinco alternados, no período de um ano.~~

**Art. 68** Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - for condenado por sentença transitada em julgado pela prática de crime doloso ou contravenção penal;
- II - não cumprir as normas previstas na Lei 8.069/90;
- III - usar abusivamente o poder;
- IV - desempenhar com desídia ou negligência suas funções;
- V - utilizar de forma inidônea os recursos do Conselho Titular;
- VI - utilizar em causa própria as prerrogativas de conselheiro;
- VII - tiver os direitos políticos suspensos ou cassados;
- VIII - deixar de residir no Município.

Parágrafo único. Considerar-se á desidioso o conselheiro que faltar injustificadamente a três dias de serviço ou cinco alternados, no período de um ano, incluindo-se os plantões diários. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

**Art. 69 -** ~~Verificada a hipótese prevista no artigo anterior, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente declarara vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao primeiro~~

~~suplente.~~

**Art. 69** Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

II - descumprir carga horária e os plantões;

III - ausentar-se injustificadamente durante o horário de expediente do Conselho Tutelar;

IV - faltar injustificadamente;

V - aplicar medida de proteção sem anuência do colegiado, salvo em casos de urgência e de menor indagação, sendo estes casos posteriormente submetidos à aprovação do colegiado;

VI - proceder de forma desidiosa;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - recusar fé a documento público;

IX - quebrar sigilo dos casos a ele submetidos, de modo que envolva dano à criança ou ao adolescente;

X - acometer a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

XI - exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua competência, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

XII - praticar atos que representem inidoneidade moral;

XIII - valer-se da função para proveito pessoal ou para outrem, bem como se utilizar da estrutura do Conselho Tutelar para angariar votos em processos de escolha ou eleitorais;

XIV - Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XV - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 70 - São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinha, padrasto e madrasta e enteados.~~

~~Parágrafo único: Estende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude em exercício na Comarca local. (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

### TITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 71 - No prazo máximo de trinta dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, convocara as organizações representativas da Criança e do Adolescente para a realização da primeira eleição na forma prevista no artigo 13 que devera ocorrer no prazo máximo de sessenta dias após a promulgação desta Lei.~~

~~Parágrafo único: Na ocasião das eleições já deverão ter sido indicados os representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.~~

**Art. 71** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 2418/2014)

~~Art. 72 - No prazo de máximo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente devera realizar as primeiras eleições do Conselho Tutelar.~~

~~Art. 72 - No prazo máximo de noventa dias, a partir da publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devera realizar as primeiras eleições do Conselho Tutelar. (Redação dada pela Lei nº 948/1992) (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

~~Art. 73 - Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimento a cerca do disposto nesta Lei. (Revogado pela Lei nº 2418/2014)~~

**Art. 74 -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.

**Art. 75 -** Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 26 de dezembro de 1.990. - XXVII ANO DA EMANCIPAÇÃO.

JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
Prefeito Municipal